



Ciclo de diálogos: O SISAN como estratégia de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania alimentar no Estado de São Paulo

Tema 4 - A fome no Estado de São Paulo: estratégias de combate à Insegurança alimentar e exigibilidade do direito humano à alimentação adequada

Ementa - Faz uma síntese das metas relativas ao acesso aos alimentos no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN-SP 2019-2023), o quanto se avançou e o quanto se necessita avançar. Envolve: Eixo 1 do PLANSAN-SP: Acesso universal aos alimentos (transferência de renda, Alimentação escolar/dimensão nutrir, distribuição de alimentos); Eixo 2 do PLANSAN-SP: grupos socialmente vulneráveis no meio rural (insegurança alimentar e nutricional no meio rural, acesso à terra e gestão territorial, saúde indígena, extrativistas e ribeirinhos, acesso às políticas públicas)

SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

O sumário a seguir foi extraído do documento elaborado pela CAISAN-SP, em 2023.

A fome e a pobreza no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo tem população estimada em 44.269.710 habitantes, é responsável por 31,5% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, está organizado em 645 municípios. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,783, numa escala de 0 a 1, sendo este o mais alto IDH do país.

Em agosto de 2022 o Estado de São Paulo apresentava 5.506.379 famílias cadastradas no Cadastro Único (Cadúnico) assim distribuídas:

Extrema pobreza: 2.373.056 (43%)

Situação de pobreza: 564.707 (10%)

Baixa renda: 1.222.671 (22%)

Acima de ½ salário mínimo per capita: 1.345.999 (24%)

Ressalta-se ao aumento do número de cadastros no Cadúnico:

2019: 3.949.853

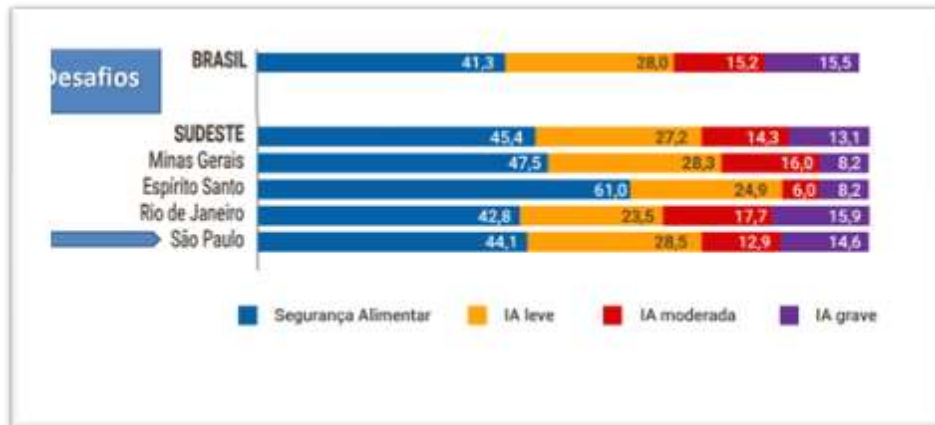
2020: 4.240.082

2021: 4.245.827



CICLO DE DIÁLOGOS:

O SISAN como estratégia de garantia do direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar no Estado de São Paulo



Em 2021, o Governo do Estado de São Paulo em 2020 lançou o Programa Cesta Verde – SAA, que atendeu mais de 400 mil famílias atendidas, em 149 municípios repassados diretamente aos 1.682 agricultores familiares que comercializaram cerca de 3.200 toneladas de alimentos e Programa AgroSP Seguro.

Programas e ações Estaduais de promoção do acesso ao alimento:

Alimento solidário – Fundo Social (cestas)

Bom prato (físico e móvel) – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

Viva Leite - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

Arranjos Produtivos Locais (APL's)

Programa Banco do Povo Paulista – BPP

Impulsiona SP

Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza - (FECOEP)

Atendimento ao Programa Nacional de Atendimento Escolar (PNAE)



Ações estruturantes para atendimento do eixo 1

- ✓ Promoção de ações de educação alimentar junto aos municípios paulistas
- ✓ Capacitação aos municípios sobre o PNAE na alimentação escolar
- ✓ Incentivo nos equipamentos públicos para formação dos conselhos das políticas públicas
- ✓ Regulamentação da Lei dos Produtos Artesanais de Origem Animal do Estado de São Paulo (Lei 17.453, de 18 de novembro de 2021)
- ✓ Implantação de 305 cozinhas industriais nos municípios paulistas, com o objetivo promover alimentação saudável, empreender e gerar renda
- ✓ Execução do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) criado para fortalecer o Produtor rural
- ✓ Realização de palestras e seminários para fortalecimento e ampliação da política de segurança alimentar

Eixo 2

Nesta prioridade, o Estado de São Paulo tem uma imensa diversidade de comunidades tradicionais, que historicamente vem cuidando dos territórios onde vivem, preservando nascentes, sementes, entre outros bens e recursos. Essas comunidades têm lutado para permanecer em seus territórios, por vezes em meio a conflitos socioambientais, porque falta ainda regularização das terras, normatização das práticas tradicionais, agregação de valor ao que produzem e promoção do mercado desses produtos; para que com isso se garanta a soberania e o direito humano à alimentação desses povos, entre os quais as taxas pobreza de insegurança alimentar vem se apresentando em maior proporção.

Em 2021, a Secretaria de Agricultura, Justiça e Cidadania e Meio Ambiente, em 2021, assinaram um termo de parceria termos de parcerias para conceder Contratos de Concessão de Uso e termos de Autorização de Parceria Agrícola entre Titulares e Agregados.

Ações estruturantes para atendimento do eixo 2

- ✓ Regularizar fundiária de áreas de comunidades quilombolas
- ✓ Criar um programa de apoio à adequação ambiental em áreas de comunidades tradicionais
- ✓ Seminários e oficinas intersetoriais para o fortalecimento das práticas tradicionais
- ✓ Valorização da cultura alimentar
- ✓ Aprimorar as demandas do Programa de Sementes e Mudas da CATI
- ✓ Promover o resgate de sementes, mudas e raças Crioulas
- ✓ Articulação das redes de sementes
- ✓ Incentivo a bancos comunitários de sementes crioulas



- ✓ Promoção de novos sistemas alimentares
- ✓ Fortalecer o trabalho da extensão rural nos territórios

Recomendações:

- ✓ Criação de Centrais de Alimentos Saudáveis/Banco de Alimentos
- ✓ Criação do Programa Estadual de Alimentação Indígena
- ✓ Criar Centros de Referências de Segurança Alimentar e Nutricional e Sustentável

Relatório da CAISAN-SP – 2023 (Versão preliminar)

São Paulo. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em:
<https://caisan.agricultura.sp.gov.br/static/plasan-final.pdf>

Consulte também: <https://sites.google.com/view/atlas-situacoes-alimentares>